

A FLORESTA EM OPOSIÇÃO AO GOVERNO DA FLORESTA

NILSON EUCLIDES DA SILVA *

A história da ocupação das imensas áreas de florestas nas fronteiras do Acre com a Bolívia e o Peru, a partir do século XIX foi simbolicamente escrita sob a luz de uma pequena chama.² Pequena, mas insistente, ela penetrou na escuridão da floresta produzindo outra lógica e estabelecendo uma nova relação entre os homens que habitavam o seu interior. Como uma intrusa, adentrou nos caminhos fechados e de “muitas voltas” e foi aos poucos abrindo novos focos de luz. E, assim, penetrando cada vez mais intensamente, inseriu a razão de um novo tempo e anunciou definitivamente o fim da escuridão da floresta. A “civilização” penetrou as florestas acrianas através de um pequeno foco de luz, e também por meio dele trouxe para esse espaço o seu “modelo mais acabado de homem”. Esse pequeno instrumento que guiava os passos desse homem abriu novos caminhos, transformando para sempre a paisagem que repousava no verde, na imensidão azul da terra.

Com a abertura dos novos caminhos na mata e a navegação nos rios amazônicos, introduziu-se uma lógica poderosa e disposta a retirar da escuridão os “selvagens” que há milhares de anos comungavam da razão e do abraço fraterno das centenárias árvores e que por isso haviam permanecido “presos à escuridão” da floresta. O resultado dessa aventura da “razão civilizatória” nas florestas acrianas produziu seus efeitos. Multiplicou o seu exemplar mais acabado de homem, sacrificando, com a ajuda desse último, milhares de “selvagens” que se recusaram a aceitar a luz dessa nova razão.

A floresta atravessou o século e, apesar do avanço das “luzes civilizatórias” no seu interior, árvores gigantescas sobreviveram majestosas, protegendo com suas sombras a imensa e verde planície. Contrariando o desejo de muitos e a lógica da nova sociedade que

□ Doutor em Ciências Sociais – Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, coordenador do Núcleo de Estudos Políticos e Democracia - NEPDE e professor Adjunto da Universidade Federal do Acre – UFAC.

²As ferramentas básicas de trabalho do seringueiro se resumiam a uma machadinha que era usada para fazer o corte no tronco da árvore e da poronga que era uma espécie de lamparina feita de lata e alimentada por querosene que o seringueiro fixava na cabeça para iluminar os caminhos.

nela se instalou, grupos isolados de “selvagens” permaneceram no interior das “sombras”, com seus arcos e flechas a desafiar a racionalidade dos governos e grupos com interesse direto na imensa floresta.

As águas avançaram sobre as margens dos rios durante o inverno amazônico e as vazantes ocorreram secando muitos dos igarapés nos verões que se seguiram à entrada da primeira luz civilizatória no interior da floresta. Ela permaneceu assim, quase intocável em algumas regiões, demonstrando a sua força e a determinação na defesa do seu mundo e dos seus “moradores selvagens”, animais, plantas e insetos.

Em tempo, a ciência moderna reconheceu a importância da “lógica” e da “razão” da floresta, e demonstrou sabedoria ao defender a manutenção das “sombras” como a única forma de se preservar esse complexo e equilibrado mundo que ainda sobrevive sob o manto verde no azul de um planeta tomado pela luz. Mas a ideia de que “tudo” deve ter “utilidade”, que a existência e o progresso da humanidade devem se basear na ação transformadora do homem e na consequente utilização para fins econômicos dos recursos naturais existentes na região guiou sucessivos governos.

No final dos anos 80 do século XX, esses discursos foram reformados e o uso e o avanço sobre as áreas de florestas ganharam uma nova roupagem. A ideia do uso “racional” dos recursos naturais, como forma de preservar e conservar esse agora patrimônio da humanidade, se contrapôs a ação predatória e a lógica destrutiva do “homem civilizado” sobre as florestas. Porém, desvendados os interesses de governos e grupos no potencial econômico dos recursos existentes nesses espaços ainda intocados, essa ideia também demonstrou não ser original, mas apenas um efeito da mesma chama que iluminou o caminho dos antigos exploradores.

Revestida de uma nova “alegoria” em que os diversos atores sociais passam a figurar como “parceiros” de agências e organismos multilaterais – quando na verdade, foram convertidos na sua maioria, em “mercadores da natureza” -, a Amazônia em geral e o Acre em particular permanecem, no limiar do século XXI, como meros reservatórios de matérias-primas. As escolhas e escalas de exploração mantêm-se subordinadas às demandas criadas pelo núcleo mais dinâmico do processo de acumulação capitalista, que acaba determinando “de fora para dentro” a agenda dos diversos agentes atuantes na região, conforme procuramos demonstrar a

partir da análise das estratégias de “desenvolvimento sustentável” adotadas pelo INCRA e pelo MSTR no Acre.³

Muitos invernos e verões se passaram depois do desaparecimento dos guerreiros que se dispuseram a enfrentar a primeira “chama civilizatória”. A suave música oferecida pelos pássaros e águas que deslizavam nos rios e igarapés foi aos poucos sendo substituída pelo discurso de que as “árvores são mais valiosas em pé do que se forem derrubadas”. Estas foram palavras que surgiram despretensiosamente como uma pequena “luz”, para depois passarem a guiar um governo que se instalou no Acre cento e vinte anos depois do aparecimento deste primeiro “surto civilizador” na região.

Com a mesma arrogância dos seus antecessores - e iluminado pela mesma “chama” - o *governo da floresta*⁴ adentrou o imaginário de “alguns” habitantes da floresta e pretensiosamente se dispôs a implantar um novo tempo nas relações dos homens com a natureza e das pessoas que sobrevivem nesses espaços com as ações desse governo.

Nos últimos anos, a frase que se tem repetido incansavelmente é a de que “precisamos usar a floresta com sabedoria”. Palavras vazias de sentido e proferidas por homens obcecados pela luz de uma razão dogmática e que ainda não compreenderam a lição milenar que lhes foi oferecida pelos “selvagens”. Ignoram o silêncio revelador de árvores e animais que sobreviveram às consequências desastrosas das incursões “iluminadas” pela ideia de riqueza e progresso.

Afinal, a sabedoria aprendida pelas antigas populações e passada através de várias gerações não estava em “usar” a floresta, mas “conviver” com ela. Tragicamente, essa que havia sido uma lição praticada durante centenas de anos pelos “selvagens” foi também aos poucos sendo substituída por outras que esses sobreviventes passaram a conhecer na medida em que se ampliaram os contatos com os novos habitantes. E, assim, a instalação da “lógica e da racionalidade” no uso da floresta impuseram novas condições para as suas permanências.

³ ANDRADE, Elder de Paula. Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza (Tese apresentada no CPDA/UFRJ), Rio de Janeiro, 2003, p. 171.

⁴ Governo da Floresta foi o nome criado pela equipe da administração do Governador Jorge Viana – PT, e correspondeu ao período de janeiro de 1999 a janeiro de 2007.

Os “selvagens” sobreviventes que se submeteram à força da “luz civilizatória” ficaram por algum tempo perambulando nos caminhos abertos por esta nova “sociedade da floresta”. Aos poucos eles foram saindo das “sombras” para a “luz”, o que os levou à obrigação do trabalho e a necessidade de serem “úteis” para que assim pudessem sobreviver.

Até meados da década de 70, os Kaxinawá do rio Jordão viviam em seis dos nove seringais existentes nesse rio (Bonfim, Bom Jardim, Fortaleza, Sorocaba, Transual e Revisão), trabalhando como seringueiros, pequenos agricultores de subsistência (roçados, caça, pesca e coleta) e realizando todo tipo de atividade para os gerentes-aviados dos seringais. Tais tarefas incluíam a abertura de varadouros e estradas de seringa, a abertura de roçados para os gerentes, a caça e a pesca para o abastecimento do barracão, o transporte de borracha nas costas das colocações de centro para a sede localizada na margem, o carregamento rio abaixo de balsas de borracha até a cidade, bem como o transporte de mercadorias de Tarauacá e da Vila Jordão até as sedes dos seringais.⁵

Foi abolido o “ócio produtivo” e o abraço fraterno das árvores como a lógica de uma existência na floresta e adotado o trabalho e o uso racional dos seus recursos como condição de permanência nos espaços habitados e em outros que foram criados pelos governos⁶. Assim, a escuridão “da floresta” foi transformada na “escuridão na floresta”, porque o homem, ao iluminar os caminhos no interior das matas, apagou a luz do seu interior, legitimando a razão e a lógica de “usar” e “agregar” valor aquilo que é impossível mensurar, medir, quantificar e pagar.

Cada reflexo na água cristalina dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio das águas é a voz do pai do meu pai. Os rios são nossos irmãos. Eles levam as nossas canoas e alimentam os nossos filhos. Se lhes vendermos nossa terra, lembrem-se de que o ar é precioso para nós, e compartilha seu espírito com as formas de vida que sustenta. O vento que deu ao nosso avô o seu primeiro alento recebe também, o seu último suspiro. Sabemos que a terra não pertence ao homem. O homem pertence a terra. Todas as coisas são interligadas

⁵ AQUINO, Txai Terri Valle de, IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Kaxinawá do Rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado*, Rio Branco: Comissão Pró-índio do Acre, 1994, p.

⁶ A expressão ócio produtivo foi utilizada para contrapor as atividades e as “tarefas cotidianas” que eram praticadas pelas populações tribais, com a necessidade do “trabalho remunerado” que os remanescentes dessas populações tiveram que praticar nas fazendas e nos seringais. Esse trabalho foi a alternativa que se apresentou a essas populações para que elas continuassem a sobreviver e isso alterou significativamente a estrutura social e econômica dessas populações. Não se trata de uma visão simplista de que essas populações não trabalhavam, mas que trabalhavam, sim, dentro de outra estrutura social e econômica e que, portanto, pode ser compreendida dentro dos limites que se propõe nesse trabalho como um “ócio produtivo”

como o sangue que nos une. Amamos a terra como o recém nascido ama as batidas do coração da mãe. Se vendermos nossa terra, amem-na como nós a amamos, cuidem dela como nós cuidamos, preservem na mente a lembrança da terra, tal como ela estiver quando a receberam. Preservem a terra para as crianças e amem-na como Deus nos ama. Sabemos que só existe um Deus. Nenhum homem, vermelho ou branco pode viver isolado. No final das contas, somos todos irmãos.⁷

Os técnicos e os representantes do governo se orgulham de apresentarem os seus relatórios, projetos e planos para o uso com “sabedoria” dos recursos existentes nas florestas do Acre. Reafirmam categoricamente que são os portadores de um discurso ético, científico e humanitário, e por meio dele legitimam as ações do governo e a sua permanência no controle do que deve ser feito com a floresta. Dessa forma, os novos portadores da luz e da razão desejam conduzir o destino das populações que sobrevivem nessa imensa e verde planície.

Um discurso que propõe a utilização “racional dos recursos da floresta” é, antes de tudo, efeito de uma ideia que se constitui pela exclusão de todas as “outras” julgadas “não racionais”. Repete-se a ideia de que o processo de compreensão do mundo como uma orientação objetiva é uma singularidade de determinada civilização e que está constituído de um tipo de pensamento que opera com uma estrutura composta por meios e fins.

Cada civilização tende a superestimar a orientação objetiva de seu pensamento; é por isso, portanto, que ela jamais está ausente. Quando cometemos o erro de ver o selvagem como exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou econômicas, não percebemos que ele nos dirige a mesma censura e que, para ele, seu próprio desejo de conhecimento parece melhor equilibrado que o nosso.⁸

No processo de ocupação pela sociedade nacional dos territórios antes habitados por centenas de tribos, excluíram-se os indivíduos “selvagens” e “inaptos” para o “novo modelo” adotado de “utilização da floresta”. No final do século XIX, a ideia de uso “racional” dos recursos existentes na floresta acriana poderia ser resumida na coleta e comercialização das drogas do sertão, castanha e principalmente da extração da goma elástica.

⁷ Trecho das palavras ditas pelo Chefe Seattle em 1852, em resposta a proposta feita pelo então presidente americano Washington de comprar as terras do seu povo, e foi extraído do documentário “O poder do mito”. Essa famosa entrevista realizada em 1987 com Joseph Campbell consagrado estudioso da mitologia, concedida ao jornalista Bill Moyers deu origem a uma série mundialmente conhecida.

⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*, Campinas, Papirus, 1989, p. 17.

As novas propostas de utilização desses recursos recompõem a ideia de “necessidade e dependência” dos habitantes nativos e das populações seringueiras e ribeirinhas que foram incorporadas a esse ambiente com o avanço na exploração econômica da floresta. Buscam articular populações distintas com a dinâmica e as transformações de uma sociedade que se desenvolve sem guardar semelhanças com as comunidades fornecedoras dos produtos da floresta. Ou seja, a luz que introduziu a racionalidade se deu através de uma “lógica” que media, contava e atribuía valores a tudo aquilo que a floresta produzia.

No rio Jordão, assim como em todos os afluentes do Alto Juruá prevalecia a organização espacial, econômica e política imposta pela empresa seringueira. A maior parte dos Kaxinawá que habitavam nos seringais do rio Jordão (239 pessoas habitando 38 casas distribuídas pelos seringais Revisão, Transual, Sorocaba, Bom Jardim e Bonfim) não possuía um território próprio. Para ocupar colocações e cortar seringa, tinham que pedir autorização aos patrões locais. Eram obrigados a pagar renda de 35 quilos de borracha pelo uso de cada estrada de seringa. Como geralmente ocupavam duas ou três estradas, cada grupo familiar Kaxinawá era obrigado a pagar de 70 a 105 quilos de borracha por safra a título de renda. Assim como acontecia com os seringueiros regionais, os patrões, através do sistema de aviamento, mantinham os seringueiros Kaxinawá cativos pela dívida. Dispunham, assim de mão de obra de índios e brancos conforme seus interesses econômicos pessoais. Os Kaxinawá falam desta época em que viviam sujeitos aos patrões como o tempo do cativo.⁹

No limiar do século XXI, essa ideia ressurgiu como uma razão que “ilumina” e conduz os discursos políticos e o modelo de “desenvolvimento sustentável” que é apresentado por especialistas e líderes de um governo que se autodenomina da floresta. A lógica e a razão que levou os homens a se embrenharem no interior das florestas acrianas foi a de “maximizar” os efeitos das incursões que eram realizadas. Elas se constituíam da coleta e na extração de parte do que era produzido pela natureza sem a intervenção direta da ação humana e, portanto, até aquele momento não existia a necessidade da atribuição de valores.

Não nos deteremos na questão da importância ou diferença que um ou outro produto poderia ter nas relações de troca, que muito provavelmente ocorriam entre as populações tribais que habitavam essas regiões. O conceito de valor utilizado aqui se refere às relações externas que passaram a existir entre realidades distintas, ou seja, o valor que passou

⁹ AQUINO, Terri Vale de, IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. Op. cit. p. 26.

a ser atribuído aos produtos que eram encontrados nas florestas acrianas e a importância dos mesmos na atividade comercial que se expandiu no Brasil e no mundo.

O uso das árvores, dos animais, das águas e da terra pelas populações tribais atendia às necessidades impostas pela vida nas florestas e estabeleceu relações que não ultrapassaram a realidade e os limites desse cotidiano. A ação transformadora desses primeiros “homens amazônicos” na paisagem, no período que antecedeu a ampliação da sociedade nacional na região, realizava-se por uma relação de dependência desse homem com um universo do qual ele fazia parte.

A derrubada de árvores para o plantio dos roçados era pensada e executada com o objetivo de atender às necessidades das populações que habitavam as áreas próximas e as caçadas que demandavam incursões mais distantes dos locais habitados também eram realizadas com o objetivo de suprir as necessidades das tribos. Os deslocamentos de tribos inteiras pelo interior das matas ocorriam quando as áreas de plantio e caçadas apresentavam uma determinada saturação, o que obrigava essas populações a se deslocarem em busca de outras áreas para então instalarem as suas habitações.

Na hora de fazer o roçado escolhemos a terra segundo a qualidade do solo. Escolhemos onde é bom para plantar a cana, os legumes... Não vamos plantar roça naquele lugar onde é muito duro de arrancar, a terra não é boa. Então naquela terra vamos plantar cana ou vamos plantar banana. Para saber se a terra é boa tem que olhar o dia todo, furando a terra, tem que ver quantas terras têm, se é um baixo. Se for meia terra, pega mais fogo. A terra plana não é boa para tocar fogo, porque o fogo fica baixo, não corre. Agora, em meia terra, meio subindo, corre bem. Por isso que nós olhamos bem a terra, para escolher a melhor terra.¹⁰

A variedade de plantas, animais, insetos e micro-organismo e a dependência de cada um desses elementos em relação a esse universo da floresta moldaram as primeiras comunidades humanas que se instalaram e se multiplicaram no seu interior. Esse homem não “estava na floresta”, ele era “parte da floresta” e não compreendia a sua origem e a dos objetos e seres a sua volta como pertencentes a um mundo ou uma existência separada ou limitada, com a qual “mantinham relações privilegiadas”. A ideia de “reinos” ou domínios que durante muito tempo norteou as “ciências naturais não ocorreu nas sociedades que

¹⁰ VINNYA, Adailso L. Ochoa, MARIA L. Teixeira, GLEYSON de A. (orgs.). *Costumes e tradições do povo Yawanawá*, OPIAC E CPI/AC – Belo Horizonte: FALE/UFMG: SECAD/MEC, 2007, p. 57.

chamamos de primitivas”. O “selvagem” “classificou” e “nomeou” a diversidade de animais e plantas a sua volta sem estabelecer um fosso ou níveis de classificação, mas como etapas ou momentos de uma transição contínua (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 158).

O interesse e o valor que foram atribuídos aos produtos existentes nas florestas acrianas, a partir da descoberta da utilização dos mesmos no “mundo civilizado”, conduziram o processo de ocupação dessas áreas que, apesar de sofrerem uma ação transformadora das populações indígenas que nelas habitavam, haviam sido preservadas. O deslocamento constante nos espaços era uma prática das populações tribais que renovou e manteve quase intacta a paisagem por centenas de anos. Por outro lado, as causas que impulsionaram o avanço da sociedade moderna na exploração dos recursos disponíveis eram alheias à realidade e ao mundo de uma floresta preservada, e por isso impôs uma ação humana objetiva e utilitária que na prática representou a ruptura com os valores e as subjetividades das populações nativas que habitavam esses espaços.

A fixação dessa nova sociedade na região de floresta se justificava pela lógica de um processo que tinha o objetivo de abastecer com os produtos florestais realidades sociais que até aquele momento não mantinham relação com o universo de uma região selvagem e pouco habitada. Foi a necessidade de aquisição dos produtos florestais que aproximou os centros urbanos, onde se processavam as matérias-primas que eram trazidas daquele mundo das águas e matas do qual elas eram originárias.

A ampliação da sociedade nacional nas florestas do Acre se realizou no interior de um contexto e de uma lógica de acumulação, reprodução e de centralidade política. Esse sistema social e econômico significou a desestruturação das organizações tribais que existiam, porque a sua lógica, ao contrário dessas últimas, necessitava de uma estrutura centralizada e da autoridade de um Estado que defendia o direito a propriedade individual e governava “um povo”.

Considerando que existiam centenas de etnias espalhadas pelo território acriano, o avanço da denominada civilização e a sua efetiva instalação no interior desse universo de diversidade somente ocorreria com a imposição de um modelo de sociedade sobre o outro ou pela eliminação física das organizações sociais nativas. A história mostrou que tanto uma

como a outra foram instrumentos eficazes porque, com exceção dos “incômodos” grupos de índios arredios que ainda perambulam pela região de fronteira do Acre com o Peru, a maioria das etnias hoje existentes no território acriano perdeu parte da sua cultura e das antigas estruturas sociais.

Os processos de reafirmação dessas populações como detentoras de um conhecimento singular acerca da enorme biodiversidade existente na região têm sido na maioria das vezes conduzida por interesses que atendem muito mais às ações baseadas nos critérios de meios e fins. Ou seja, na racionalidade e no valor de troca que esses conhecimentos e o próprio resgate dessas identidades tribais podem ter num mundo que hoje tem outro olhar e novas demandas por valores dos quais essas comunidades são portadoras.

Os discursos de utilização das riquezas existentes, e que envolvem diretamente as populações seringueiras, ribeirinhas e tribais remanescentes, na sua maioria se instalam por meio de projetos que articulam ações preservacionistas e de conservação desses espaços com a ideia de inclusão dos produtos regionais (artesanato, essências, óleos, etc.) a um mercado globalizado e ansioso em adquirir os produtos com a origem e o selo de “sustentabilidade amazônica”.

Tecnicamente, a proteção e a defesa dos espaços atingidos ou não pela extração de madeiras nobres e da ampliação de áreas derrubadas para formação de pastos, apesar de não negar o descontrole sobre os efeitos da exploração econômica da floresta, na sua grande maioria ainda está baseada na concepção do uso desses recursos como forma de atender apenas as demandas propostas por “realidades externas” àquela dessas populações que ainda sobrevivem nas florestas.

Considerando que os processos de aproximação de realidades sociais, políticas e econômicas distintas são inevitáveis, o que cabe discutir não é como evitar tal fenômeno, mesmo porque ele não é novo, mas como fazê-lo sem repetir os erros anteriores. Entendemos que se o desafio é praticar o “velho e sábio método” de aprender com o passado para que não se cometa os mesmos erros, o que se impõe como mais importante é a busca do ponto de ruptura ocasionado pela sobreposição de um modelo de sociedade sobre o outro. O desprezo pelo conhecimento acumulado por essas populações e o barulho ensurdecedor provocado

pelas palavras de um discurso lógico de “desenvolvimento” deve ser substituído pela sinfonia radiante de uma natureza que precisa ser mais ouvida e menos perguntada.

Não se trata da busca de um “tempo perdido” ou de uma “idade de ouro” da humanidade da qual os “selvagens” seriam portadores, mas de enxergar uma nova condição humana que não pode prescindir daquilo que é essencial e que ainda está preservado. Afinal, construiu-se uma diversidade que é o resultado do contato de civilizações e sociedades distintas e que precisa ser potencializada. A razão que aproximou realidades singulares se apresenta como uma possibilidade de “religação” daquilo que é mais importante para uma humanidade que se completa pela somatória de singularidades bióticas, culturais, políticas e sociais.

Entender as palavras por aquilo que elas possuem de mais significativo e valioso, e por meio delas transformar as realidades sociais, para que essas não sejam o reflexo de um único modelo, mas algo atravessado por uma pluralidade de cores e formas. Palavras dizem muito, e muito se pode apreender com elas, mas elas não devem anteceder o silêncio e a linguagem do mundo. O silêncio da floresta, as palavras não escritas e não faladas, são vozes silenciosas que ecoam no pensamento daqueles que não têm a pretensão de governar a floresta. Se o triunfo dos governos sobre os homens foi a vitória da própria razão humana sobre a natureza, e se isto implicou na consolidação de uma forma de organização social, dependente e centralizada na autoridade de poucos, precisamos voltar a consultar os oráculos ou conversar com os deuses da floresta.

O processo civilizador condicionou a liberdade de pensar e de escolher os caminhos a uma ideia de convivência pacífica entre os povos e a manutenção das instituições e a ordem dos governos. Ao percorrer esse caminho, produziu guerras e mais conflitos porque operou com o conceito de humanidade dividida entre aqueles que “estavam” e os outros que “precisavam ser civilizados”.

A floresta acriana durante séculos abrigou centenas de tribos e acolheu, a partir do final do século XIX, outros milhares de famílias seringueiras que buscaram nela uma alternativa de sobrevivência. Os anos se passaram, os sonhos de riqueza se transformaram em um lento processo de integração dessas novas populações à realidade da floresta. Os

confrontos entre trabalhadores e índios aos poucos foram substituídos por uma convivência que, mesmo não sendo totalmente pacífica, coube dentro desse universo. O seringueiro aprendeu muito com o índio. Sobreviveu em um ambiente hostil e selvagem para aquele homem originário das cidades e dos sertões. Essas populações foram capazes de construir alianças, muitas vezes lutaram e são capazes de lutar em defesa da floresta e da própria sobrevivência de milhares de famílias seringueiras e índias.

A convivência e a luta para sobreviver em meio ao avanço de um modelo centralizado na autoridade do Estado e no direito à propriedade foram capazes de transformar famílias e tribos em povos da floresta. Guiados por uma razão pautada nos interesses econômicos e políticos de alguns indivíduos e grupos, eles não se transformarão em governo. Afinal, aqueles que compreenderam o silêncio e a escuridão da floresta não podem ter a pretensão de um dia governá-la.

Diante da realidade de um processo histórico que impôs o primado do homem sobre as florestas e os animais, os partidos que se fortaleceram e ascenderam com o discurso de defesa do meio ambiente amazônico e das suas populações tinham a responsabilidade de se tornar um governo que ultrapassasse a razão e a lógica dos discursos. Considerando as singularidades do homem amazônico, as estações temporais e o delicado ecossistema existente nas florestas acrianas, a ideia de um *governo da floresta* poderia ser vista inicialmente como uma alternativa ou mesmo um modelo singular de democracia e participação. Afinal, a própria expressão nos levaria à necessidade de se ampliar o conceito do que seria um governo, porque nesse caso específico os atores envolvidos estariam imersos numa realidade em que a ação política não poderia objetivar ou ter como foco apenas o cidadão ou eleitor. A inclusão das complexas relações dos homens com o espaço da floresta faria com que um governo da floresta não se resumisse em um governo sobre a floresta, mas um governo de homens, plantas, animais, insetos, micro-organismos e de toda a biodiversidade existente nesse espaço.

Falamos de um “parlamento” de diversidades biológicas, culturais, humanas, vegetais e animais, e da possibilidade de se criar um espaço de decisão onde a palavra escrita ou falada não seria o único meio de participação, mas apenas um entre tantos outros. Afastando o discurso partidário e eleitoral, e direcionando as ações para um posicionamento

estratégico pautado no profundo respeito pela floresta e pelas populações que sobrevivem no seu interior, nos levaria ao encontro de uma matéria singular com uma nova abordagem sobre o que é a política, o governo, a democracia e a participação. Se verdadeiro, esse seria um discurso corajoso que iniciaria um processo de transformação no pensamento político. Mas, nesse trabalho, tratamos apenas de uma estratégia política, e a ideia fatalmente se resume em uma ou duas frases ou palavras que se ampliaram produzindo uma força política eleitoral que se transformou em governo.

Com o resgate da história e do discurso quase obsessivo da autoestima da população acriana, o governo petista no Acre foi caracterizado pela capacidade de articular com certa competência esses elementos discursivos ao processo de construção da sua hegemonia política. Construiu com isso uma forte identidade do governo com as questões históricas e culturais da população, que levou os “teóricos” do *governo da floresta* a criarem essa logomarca da administração petista, e a *florestania* como uma “palavra conceito” desse governo.

Mas o que seria a *florestania*? Segundo os teóricos do governo, “a ideia de florestania surgiu como alternativa a cidadania”, porque seria esta última um conceito aplicável apenas às populações que vivem nas cidades. Seguindo essa trilha, no caso do Acre, com a sua trajetória histórica peculiar, o conceito de cidadania seria vazio porque não consideraria as relações sociais derivadas do pluralismo étnico-cultural e a vivência em um complexo ambiente constituído de floresta e rios. Ocorre que é nos espaços urbanos onde se concentra a grande maioria da população do estado, e essa população possui demandas muito diferentes daquelas dos grupos que ainda habitam os seringais, as Reservas Extrativistas e as terras indígenas. Cabe perguntar, então, para quem ou a que serve o discurso da florestania?

O projeto petista mostrou-se dotado de grande capacidade de penetração no ambiente político que havia se instalado na região após os importantes acontecimentos protagonizados por lideranças dos movimentos dos trabalhadores seringueiros e das populações indígenas. A criação do conceito de florestania indicava que, se exequível, esse seria um projeto, e não apenas um tema na agenda desse governo. Ela seria uma parte essencial e incluiria uma floresta detentora de uma lógica e razão próprias na estrutura burocrática e hierarquizada de um governo.

Se o conceito de florestania foi apresentado como uma contraposição (ou alternativa) ao de cidadania, a biodiversidade existente na floresta é antagônica a existência de um governo da floresta. Os governos reivindicam a legitimidade do poder e possuem mecanismos que orientam e submetem as forças contrárias a seu espaço de controle e decisão. A ideia de governar o que não se conhece é tão estranha como o discurso que reivindica o direito à florestania. Uma população que tem a sua existência intimamente relacionada a um espaço e a uma realidade biótica atravessada por complexas relações não caberia em uma palavra ou conceito. A existência do indivíduo portador de direitos oriundo da florestania seria plausível em um ambiente em que também fosse viável a participação efetiva e a extensão desses direitos a tudo aquilo que compõe a realidade da floresta, ou seja, plantas, animais e toda a biodiversidade existente. Se devidamente compreendido, esse novo espaço político e de convivência avançaria no conceito de democracia para uma espécie de “biodemocracia”, pautada não apenas nos valores ético-políticos, mas essencialmente de respeito e com a extensão dos direitos a toda a forma de vida existente.

A radicalização do conceito de democracia seria a essência desse movimento do governo em direção à floresta. Na medida em que se tornasse menos centralizado, mas solidário e participativo ele seria. Governar a floresta seria uma tarefa movida por uma única certeza: a de que a ampliação do conceito de governo se esvaziaria e tornaria inevitável a inutilidade de um poder assentado na ideia de legitimidade e de obediência às leis. Viver a florestania é combater o modelo de convivência antropomórfico adotado para a região e a recusa da necessidade de existência dos governos.

Governar com a floresta seria equivalente a não governar. O discurso da florestania teria sentido se viver na floresta fosse o equivalente a uma existência onde o direito de ter florestania não fosse uma palavra, uma categoria ou conceito, mas uma tática. A recusa em obedecer e guiar-se pela autoridade de outro, então, se tornaria uma prática e a própria essência de um viver na floresta.

È pois, difícil a cada homem desprender-se da menoridade que para ele se tornou/quase uma natureza. Até lhe ganhou amor e é por agora realmente incapaz de se servir do seu próprio entendimento, porque nunca se lhe permitiu fazer uma tal tentativa. Preceitos e fórmulas, instrumentos mecânicos do uso racional ou, antes, do mau uso dos seus dons naturais são os grilhões de uma menoridade perpétua.

Mesmo quem deles se soltasse só daria um salto inseguro sobre o mais pequeno fosso, porque não está habituado a este movimento livre. São, pois, muito poucos apenas os que conseguiram mediante a transformação do seu espírito arrancar-se à menoridade e iniciar então um andamento seguro.¹¹

Nesse sentido, a compreensão de que as cidades e a cidadania possuem alcance limitado e que a florestania se apresentaria como um avanço nas relações do homem com a natureza e as instituições se tornaria uma ideia original e libertária.

No entanto, o governo petista eleito com o discurso da florestania, e que emergiu com a possibilidade de realização de um projeto alternativo aos sucessivos equívocos da política acriana, sucumbiu à lógica da sobrevivência partidária e da razão centralizada na autoridade do Estado. As ações foram aos poucos se deslocando dos movimentos e das ideias emancipadoras que eclodiram com a mobilização das populações seringueiras e índias para adotar o caminho da administração de resultados, e com isso ampliou a base eleitoral das legendas que há anos buscavam o reconhecimento e um maior protagonismo na política acriana. Afinal, os conflitos e os interesses que afloram no interior das florestas demonstraram que o discurso da unidade histórica de um povo e um governo da florestania eram tão possíveis quanto a vitória das flechas dos selvagens sobre os rifles que se multiplicaram nas colocações.

Governar com as populações que foram deslocadas para o interior das florestas e outras que emergiram das suas próprias relações foi uma tarefa que gradativamente se afastou das diretrizes e dos objetivos, não apenas do PT e de suas principais lideranças, mas de todos os partidos que se uniram para derrotar as forças políticas tradicionais que haviam levado a sociedade acriana a uma delicada situação de descontrole da administração pública e de profundos problemas sociais e econômicos no final dos anos 90 do século XX.

Com a vitória imposta sobre as forças mais conservadoras, a história de muitas das lideranças que compunham a Frente Popular do Acre - FPA¹² não poderia permitir que

¹¹ KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995, p.12.

¹² Coligação que nas eleições para o governo em 1998 reunia os seguintes partidos: PT, PC do B, PV, PSB, PSDB, PMN, PL, PDT, PPS, PTB, PT do B, PSL. Essa frente vem disputando as eleições no Acre, mas nos últimos anos tem apresentado alterações no número de partidos na sua composição. Algumas legendas como PSDB e PMN romperam com o projeto petista e outras foram agregadas.

esse grupo político sucumbisse de maneira incondicional a força de atração que o exercício do poder provocara nas mesmas. Porém, as ações do governo petista demonstraram uma preocupação com a ordem, e a floresta em chamas e os tiros que abateram seringueiros e índios no confronto pelo direito de sobreviver na floresta exigiam a desordem no discurso, e a inversão de uma lógica que demonstrara historicamente que essa ordem ocorrera apenas no silêncio cativo dos seringais e na eliminação dos espaços de sobrevivência das populações tribais.

O combatido avanço da pecuária foi um modelo que se materializou na paisagem da floresta como a única possibilidade de se promover a pacificação em um ambiente repleto de diversidade. Nessa questão, o projeto de desenvolvimento do estado pela via econômica do agronegócio foi mais objetivo. Derrubavam-se as florestas e plantava-se capim, expulsavam-se índios e seringueiros e colocava-se gado. Gado e homens cativos sobrevivem e comem aquilo que garante as suas existências como tais, e são controlados por bons peões e capatazes. A floresta exige o combate e a mobilidade e, portanto, a instabilidade e todas as suas consequências. Um discurso político de unidade não significou a eliminação das diversidades existentes, porque a floresta ainda resiste assim como as ideias que floresceram no combate que sepultou homens e derrubou árvores centenárias - os mesmos combates que proporcionaram o nascimento de heróis e mártires - e a possibilidade de emergir uma unidade que ficou legitimada pelo direito que os povos das florestas teimavam em manter. A sobrevivência da floresta era a garantia de sobrevivência desses homens. A aliança entre os povos que ocupavam esses espaços não se constituía como uma unidade, antes era a própria negação dessa possibilidade, pois a floresta tem a sua própria razão e aqueles que desejam sobreviver no seu interior silenciam as vozes e as motosserras, aguçando os seus ouvidos para as palavras que apenas ela, a floresta, é capaz de pronunciar.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. *Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras*. Rio Branco: Edufac, 2005.

ALEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Brasília, UNB, 2002.

ALVES, Toinho. *Artigos em geral*. Rio Branco: FEM, 2004.

AQUINO, Terri Vale de e IGLESIAS, Marcelo P. *Kaxinawá do Rio Jordão: História, território, economia e desenvolvimento sustentado*, Rio Branco: Comissão Pró-índio do Acre, 1994.

_____. *Os kaxinawá*. In: ALMEIDA, Mauro Barbosa de & CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs.). *Enciclopédia da floresta: o alto Juruá – praticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *Povos e terras indígenas no Estado do Acre*. Rio Branco: (Texto de Subsídio ao Eixo Cultural Político do ZEE do Acre), 2005.

AZCUI, Cel. Benjamin. *Resumen histórico de las campanas Del Acre (1899-1903)*. La Paz: Talleres Gráficos de La Intendencia de guerra, 1925.

BALANDIER, George. *Antropologia política*. São Paulo: Edusp, 1969.

_____. *O poder em cena*. Brasília: Unb, 1982.

CALIXTO, Maria do Perpétuo Socorro. *A cidade encena a floresta*. Rio Branco: Edufac, 2005.

_____. *Aquiry (1898-1909): os padrões e a construção da ordem*. São Paulo: USP, 1993.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. SOUZA, Josué Fernandes de e SOUZA, José Dourado de. *Acre: uma história em construção*, Rio Branco: Secretaria de Educação e cultura do Acre, 1985.

COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre*, Rio Branco, Fundação Cultural do Acre, 1998.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez, 1992.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

_____. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Do “manso” ao guardião da floresta: estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do uso da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*, São Paulo, Loyola, 2008.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 2000.

GUIMARÃES JUNIOR, Isac de Souza. *A construção discursiva da florestania: comunicação, identidade e política no Acre*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e mediação) Niterói:, UFF, 2008

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

MORIN, Edgar. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2001.

MORIN, Edgard e ANNE B. Kern. *Terra Pátria*, Porto Alegre: Sulina, 2003.

MARTINELLO, Pedro. *A “batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e as suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Rio Branco: Cadernos UFAC n. I, 1988.

PAULA, Elder Andrade. *O conto da “floresta pública” e o canto da sereia: Lei 11.284/2006*. In *Conflitos no Campo – Brasil 2005*. Goiânia: CPT, 2006.

_____. *Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários de progresso aos mercadores da natureza*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura), Rio de Janeiro: UFRRJ, 2003.

PICOLLI, Jacó Cesar. *Sociedades tribais e a expansão da economia da borracha no vale do Juruá-Purus*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia), São Paulo: PUC/SP, 1993.

RIBERA, Ernán Messuti. *La dramática desmenbración del Acre*. Sucre: Editorial Judicial, 1997.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Os pensadores São Paulo: Abril, 1979.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para um novo senso comum: a ciência e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHIMINK, Marianne. *A cidade da florestania*. Belém: EDUFPA, 2008.

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2007.

SOUZA, Carlos Alberto de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Editor - Carlos Alberto de Souza, 2002.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre. Volumes I e II*, Brasília: Senado Federal, 2001.

VINNYA, Aldaiso L. Ochoa, MARIA Luiza P. Teixeira, GLEYSON de A. (orgs.). *Costumes e tradições do povo Yawanawa*. Belo Horizonte: FALE/UFMG; SECAD/MEC, 2007.